

## OS BRICS E O EQUILÍBRIO DE PODER GLOBAL

DR. LUÍS ANTONIO PAULINO  
DOCENTE – FFC – UNESP-Marília

**Resumo:** As mudanças recentes na economia mundial provocadas pelo rápido crescimento das economias emergentes liderados pela China, Índia, Rússia e o Brasil (os Brics) constituem-se em grande desafio ao sistema global de poder. Em 2007, pela primeira vez, o peso dos Brics igualou o dos Estados Unidos na economia mundial. O Brasil, hoje, exporta mais para os demais países em desenvolvimento do que para os países ricos; na Ásia, os países da região já fazem a maioria dos intercâmbios comerciais entre si (52% do total em 2007). O crescente déficit comercial americano é financiado com as reservas cambiais dos países em desenvolvimento, principalmente a China. A emergência desses novos atores aponta para mudanças importantes no equilíbrio global de poder e na ordem multilateral construída no pós-guerra sob a hegemonia dos Estados Unidos.

**Abstract:** The recent changes in the global economy set off by the rapid growth of emerging countries led by China, India, Russia and Brazil (Brics) represent a big challenge to the global power system. In 2007, for the first time, the Brics' weight in global economy is the same of America. Brazil, today, exports more to the developing countries than to the developed ones. In Asia, the countries of the region accomplish the most part of international trade between themselves (52% of their total trade in 2007). The United States growing trade deficit has been financed by the international reserves of the developing countries, mainly China. The emergence of these new actors highlights important changes in the global balance of power and in the multilateral order that has been built in the Post-War period under the American hegemony.

### Introdução

As mudanças recentes na economia mundial provocadas pelo rápido crescimento das economias emergentes lideradas pela China, Índia, Rússia e em menor medida o Brasil, os chamados Brics, constitui-se em um grande desafio ao sistema global de poder construído no Pós-guerra, sob a hegemonia dos Estados Unidos e da Europa. Como afirma, Pisani-Ferry, “*uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos e pela Europa é lidar com a integração dos novos participantes – i.e., sobretudo os Brics – na economia mundial e no sistema multilateral global*”<sup>1</sup>.

Com quase metade da população mundial, 20% da superfície terrestre, recursos naturais abundantes e economias diversificadas com elevado ritmo de crescimento, esse grupo de países já tem uma participação no PIB mundial equivalente à dos Estados Unidos e superior à dos países da zona do euro. Segundo dados do FMI, em 2007, a participação dos Estados Unidos, dos países da zona do euro e do Japão no PIB mundial foram, respectivamente de 21,4%, 16,1% e 6,6%. China, Brasil e Índia, por seu turno, participaram com 10,8%, 2,8% e 4,6% respectivamente. Enquanto o conjunto das economias avançadas participou com 56,4% do PIB mundial, as economias emergentes, lideradas pelos Brics, participaram com 43,6%<sup>2</sup>.

Em setembro de 2003, Larry Summers, o então secretário do Tesouro dos Estados Unidos no governo de Bill Clinton, afirmava que a “economia mundial está voando com apenas um turbina”, referindo-se à excessiva dependência em relação aos Estados Unidos para a manutenção do crescimento global.

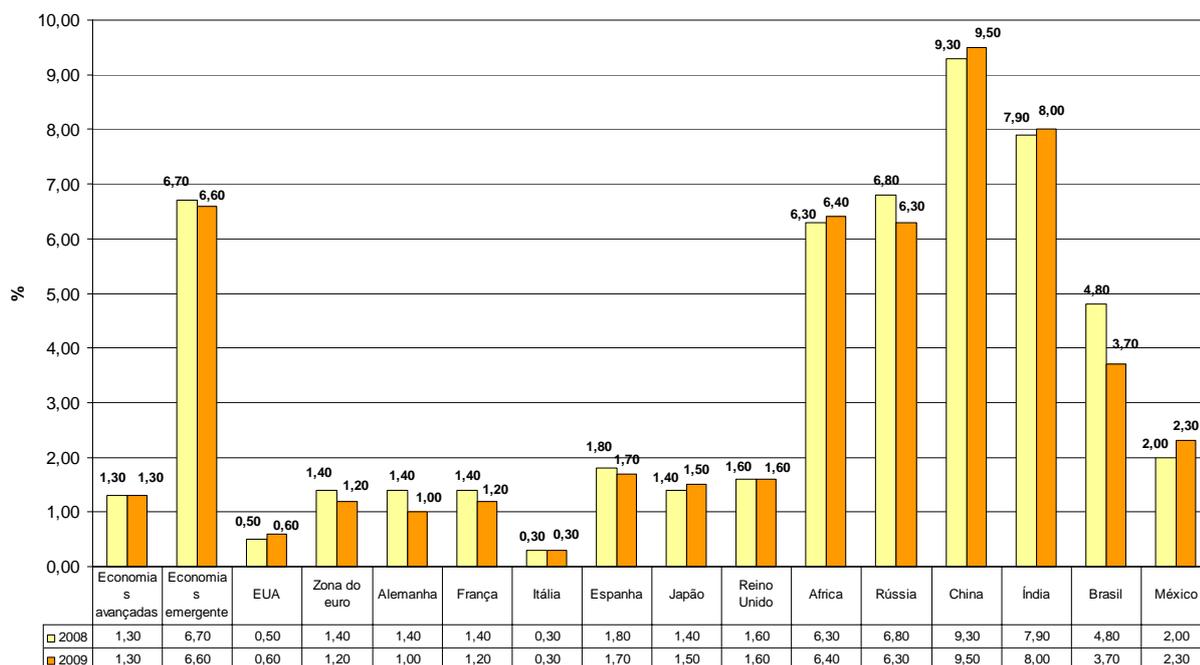
<sup>1</sup> PISANI-FERRY, J. “Será o multilateralismo capaz de sobreviver aos crescimento dos Brics?”. **Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE**, Ano XXII – Janeiro/Março de 2008, p.4-8.

<sup>2</sup> cf. Folha de S. Paulo, 10/04/2008.

Passados cinco anos, o quadro é bem diferente. Diante da crise do setor imobiliário e do mercado de crédito nos Estados Unidos, as economias avançadas deverão crescer, segundo o FMI, 1,3% em 2008 e o mesmo montante em 2009. As economias emergentes, por seu turno, puxadas principalmente pelos Brics, deverão crescer 6,7% em 2008 e 6,6% em 2009. Desse modo, o crescimento previsto da economia mundial para 2008 e 2009, de respectivamente 3,7% e 3,8% dependerá, fundamentalmente desse grupo de países.

Conforme se verifica no gráfico 1, a previsão de crescimento dos Estados Unidos para 2008 e 2009 é de 0,5% e 0,6%, respectivamente. Os países da zona do euro deverão crescer, no mesmo período, 1,4% e 1,2%. Enquanto isso a China deverá crescer 9,3% em 2008 e 9,5% em 2009; a Índia, 7,9% e 8,0% no mesmo período; a Rússia, 6,8% e 6,3% e o Brasil 4,8% e 3,7%.

Gráfico 1 - Crescimento da Economia Mundial



Fonte: FMI, apud Folha de S. Paulo, 10/04/2008

No passado dizia-se que quando os Estados Unidos pegavam um resfriado o resto do mundo contraia pneumonia. Hoje o quadro é diferente. De acordo com as projeções recentes<sup>3</sup>, em 2008, somente a China contribuirá para o crescimento global o equivalente ao desempenho dos Estados Unidos e da Europa somados. Se acrescentarmos a participação dos demais Brics, esse grupo de economias emergentes são hoje os principais responsáveis pela manutenção do crescimento da economia mundial, apesar da desaceleração das economias americana e europeia.

As relações internacionais de comércio, por seu turno, refletem esse novo quadro. O Brasil, por exemplo, exporta mais para os países em desenvolvimento do que para os países ricos. Na Ásia, os países da região já fazem a maioria dos intercâmbios comerciais entre si (52% do total em 2007). Há uma década mais de 70% do comércio mundial estava nas mãos dos países ricos e agora esta proporção é de apenas 60%<sup>4</sup>.

O crescente déficit comercial americano é financiado com as reservas cambiais dos países em desenvolvimento, principalmente a China. A emergência desses novos atores sugere

<sup>3</sup> cf. LETHBRIDGE, T. "O ano da China". *Exame*, ano 42, nº. 11, 18/06/2008.

<sup>4</sup> idem, ibidem.

mudanças importantes no equilíbrio global de poder e na ordem multilateral construída no pós-guerra sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Como afirmou Javier Santiso, economista-chefe do Centro de Desenvolvimento da OCDE, em artigo recente<sup>5</sup>:

*“Não se trata de espuma passageira, mas de uma profunda onda duradoura. Há 50 anos, as economias da OCDE concentravam 75% do PIB mundial. Agora sua parcela se aproxima de apenas 55% do PIB mundial. A maior parte do crescimento mundial destes últimos anos se situa nas economias emergentes (...) O que estamos vivendo é uma mudança de época e de paradigma que se assemelha a uma grande transformação, para parafrasear o economista búlgaro Karl Polanyi. Os equilíbrios e as riquezas dos países estão se redesenhando a grande velocidade com a emergência de novos países, através da China, Índia, Brasil, México, África do Sul e Rússia, para mencionar as economias de ponta, que emergem a partir daquelas que até anteontem eram denominadas países em desenvolvimento”.*

Há 40 anos, 100% do investimento direto estrangeiro tinham origem nos países da OCDE; atualmente esse montante é de apenas 85%. Jóias do antigo império britânico como a siderúrgica Corus e as fabricantes de automóveis Jaguar e Land Rover, são agora propriedade de empresas indianas. A unidade de computadores pessoais da IBM, a Lenovo, passou para o controle estatal chinês.

No Brasil, o processo de internacionalização de empresas por meio do investimento direto estrangeiro vai ganhando impulso. Dezenas de empresas brasileiras têm fábricas ou subsidiárias em outros países. A Petrobrás, uma das pioneiras, investe não apenas na América Latina, mas já adquiriu refinarias nos Estados Unidos e no Japão. Aracruz, Coteminas, Companhia Vale do Rio Doce, Embraco, Embraer, Gerdau, Marco Polo, Natura, Odebrecht, Sabó, Sadia, Suzano, Tigre, Vicunha, Vipal, Votorantin e WEG, entre outras, estabeleceram ou adquiriram unidades em diversos países do mundo: Estados Unidos, União Européia, Rússia, China e Índia.

Renomados especialistas em estudos de desenvolvimento, como o economista e historiador Angus Maddison, consultorias e bancos de investimentos de prestígio internacional, como a PriceWaterHouseCoopers (PWC) e o Goldman Sachs debruçam-se sobre esse fenômeno e tentam prever quando a China, que até meados do século XIX concentrava mais de 30% do PIB mundial, superará novamente nos Estados Unidos.

Segundo Angus Maddison<sup>6</sup>, em 2015 a economia chinesa terá alcançado a economia americana. Diversos estudos do Goldman Sachs<sup>7</sup> apontam que os chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) figurarão, por volta de 2050, entre as quatro maiores economias do mundo.

Toda tentativa de antecipar o futuro é um exercício de alto risco, dado o elevado grau de incerteza envolvido nas hipóteses assumidas. É fato, contudo, que mudanças importantes estão em curso na economia mundial e o Brasil está no olho do furacão.

A agenda de pesquisa sobre os Brics decorrente da emergência desses países como atores globais de peso e as mudanças no equilíbrio de poder global é bastante promissora. Duas linhas de investigação nos parecem particularmente interessantes:

<sup>5</sup> Santiso, J. “O centro e a periferia”. **Valor**, 11/04/2008, p. A15

<sup>6</sup> Madisson, A. “Chinese Economic Performance in Long Run”. Paris, Centro de Desenvolvimento da OCDE, 2007.

<sup>7</sup> Purushothaman, R e Wilson, D. (2003) **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Global Economics Paper N°99. GS Global Economics Website (<http://www.gs.com>) e Goldman Sachs. **Brics and Beyond**. (<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/BRICs-and-Beyond.html>).

1. As mudanças necessárias na ordem internacional tendo em vista a necessidade de adaptar a superestrutura institucional a uma nova realidade econômica e política mundial não mais condizente aquela herdada da Segunda Guerra Mundial, consubstanciada nas chamadas instituições de Bretton Woods. A época dos impérios e do mundo eurocêntrico acabou, mas o arcabouço institucional que o sustenta, mesmo carcomido, continua em pé. A violência com que o império americano age e reage no mundo, cujo exemplo mais conspícuo é a Guerra do Iraque, é mais sinal de fraqueza do que força; é a expressão do que Giovanni Arrighi de forma esclarecedora denomina “dominação sem hegemonia”<sup>8</sup>.

2. A importância dos estudos de políticas comparadas dos países em desenvolvimento. A tentativa de entender o sucesso ou fracasso das políticas econômicas dos países em desenvolvimento a partir da agenda da boa governança preconizada pelo Consenso de Washington está claramente superada. O paradigma teórico a ele subjacente é um velho barril que não suporta mais a pressão do vinho novo, representando pelo sucesso de economias emergentes como a China e a Índia.

### Os Brics e a nova ordem internacional

O centro de gravidade da economia mundial está se deslocando do Atlântico para o Pacífico. Os Estados Unidos continuam no centro, mas o prato da balança se inclina em direção à Ásia. Como afirma Atalli (2008:89),

*“As relações de forças se modificam e, em valor relativo, os Estados Unidos estagnam. A Europa declina, a Ásia volta a subir. O crescimento anual ultrapassa em 2006 os 7% na Ásia, um pouco menos nos Estados Unidos e muito menos na Europa. De 1980 a 2006, o PIB da Ásia é multiplicado por 4, o da China por 3, o da Índia por 3, o da Europa por 2. Entre 1980 e 2006, a parte dos Estados Unidos no PIB mundial permanece igual a 21%, a da União Européia cai de 28% para 20%, a do Leste asiático (China, Japão, Coreia, Taiwan, Singapura, Hong Kong, Malásia, Tailândia, Filipinas, Indonésia) aumenta de 16% para 28%.*

Nesse novo contexto, as tradicionais relações de equilíbrio de poder global representadas pelo que se convencionou chamar “relações Norte-Sul” estão se alterando rapidamente. Os chamados Brics, acrônimo de Brasil, Rússia, Índia e China e, dentre estes, particularmente os dois últimos, sintetizam esse processo de mudança, mas nem de longe são os únicos atores relevantes no processo. Outros países do mundo em desenvolvimento, tais como México, África do Sul e Vietnã, contribuem para redesenhar a grande velocidade os equilíbrios e riqueza dos países.

O sistema de governança global, representado por organismos como a ONU e, principalmente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) é anacrônico, superado e carente de reformas profundas.

A Organização Mundial do Comércio, que desde sua criação, em 1994, representa uma espécie de nova “Constituição da Economia Mundial” – como bem o definiu seu primeiro diretor geral, Renato Rugiero – está mais interessada em homogeneizar as regras internacionais de comércio, conforme os interesses das grandes corporações e dos países ricos.

Deveria, ao contrário, ocupar-se em gerir a interação entre as regras e as diferentes instituições nacionais, pois está mais do que demonstrado que a abordagem do “tamanho único”, representada pela “cláusula de entendimento único”, pedra angular daquela instituição, limita as

<sup>8</sup> Arrighi, G. *Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century*. London: Verso, p. 175.

opções políticas dos países em desenvolvimento e reflete as necessidades e exigências dos países poderosos.

A capacidade de elaboração das políticas nacionais, elemento essencial para determinar a eficácia com que os países podem utilizar o comércio como para respaldar o desenvolvimento de longo prazo, encontra-se seriamente tolhida pelas regras daquela organização, verdadeiro “Leito de Procusto” ao qual todos devem se conformar independentemente de suas condições e necessidades particulares.

Possivelmente, o maior erro da “visão padrão esclarecida das receitas para o desenvolvimento”, representada pelo chamado Consenso de Washington e, pela sua versão atualizada, o Consenso de Washington Ampliado, esteja menos na longa lista de pré-requisitos institucionais necessários para o desenvolvimento e mais em sua incapacidade de identificar prioridades, reconhecer particularidades e enxergar relações de causalidade.

Tais pré-requisitos expressam, na verdade, o senso comum, sabedoria vulgar de manual, onde o governo seria uma versão moderna das sete pragas do Egito mandadas por Deus para castigar os excessos cometidos pelas economias de mercado. Tivesse o mundo permanecido longe do vício, representando pelas “imperfeições de mercado”, viveríamos ainda no paraíso da livre concorrência, do equilíbrio geral e da remuneração dos fatores de produção pela sua produtividade marginal e, portanto, na mais perfeita harmonia social. Até o futuro, incerto por natureza, se dobraria nas curvas do tempo e se revelaria manso e certo no olho previdente das expectativas racionais.

Nessa mistura moderna de Código de Hamurabi e Ordenações Filipinas, onde crime e castigo variam com a categoria do pecador, não há teses, só axiomas. Afirma-se, por exemplo, que a abertura ao comércio favorece o desenvolvimento, quando, na verdade, a única relação sistemática é que os países derrubam suas barreiras comerciais à medida que enriquecem. Não fosse a história econômica reduzida à condição de mera descrição de como a ciência econômica chegou à verdade, revelada em impenetráveis compêndios recheados de letras gregas, “*coeteris paribus*” e matemática de segundo grau, talvez não se esquecesse tão rapidamente que os países ricos de hoje iniciaram seu crescimento econômico com barreiras protecionistas que ainda relutam em abandonar, apesar de condená-las nos outros.

O que o êxito da experiência chinesa e indiana demonstra é que, ao contrário da tabula rasa do Consenso de Washington, é preciso identificar prioridades. Ao invés de uma longa e exigente lista de que pré-requisitos institucionais, a maioria dos quais não são causas, mas conseqüências, é preciso reconhecer que há fatores que servem de esteio para o crescimento econômico; que o crescimento econômico é comandado por um conjunto inicialmente restrito de políticas e iniciativas institucionais, as quais constituem a estratégia de desenvolvimento de cada país; que os elementos chave dessa estratégia são o investimento em recursos humanos adequados, a existência da infra-estrutura pública para suportar o crescimento econômico e um consenso social mínimo em torno dessas mesmas políticas que galvanize a energia do conjunto da sociedade e motivem os investidores domésticos.

As reformas iniciais necessárias para deslançar as estratégias de desenvolvimento nunca são, como bem o demonstra a experiência desses países, meras cópias uma das outras. No geral combinam abordagens mais ou menos ortodoxas com inovações domésticas não convencionais. Se há, portanto, algo que possamos aprender da análise comparada da experiência recente das economias emergentes em rápido crescimento é que nada é óbvio.

O comércio internacional pode expandir mercados, facilitar a competição e disseminar conhecimentos, criando oportunidades de crescimento e desenvolvimento humano, mas a liberalização comercial, por si mesma, não garante o desenvolvimento humano, e sua expansão nem sempre tem um efeito positivo ou neutro nesse desenvolvimento.

Pré-condições institucionais e sociais, internas e externas, determinam, em larga medida, se e quando um país ou grupo populacional se beneficiará do comércio. A integração mais profunda na economia global pode tornar os países em desenvolvimento mais vulneráveis a choques externos. A liberalização comercial pode resultar em deterioração dos termos de troca

e, em alguns casos, num crescimento empobrecedor, quando o aumento da produção para exportação não é absorvido pelos mercados internacionais, causando danos aos termos de troca e perdas na renda real.

O comércio pode também aumentar a participação econômica das pessoas, na medida em que cria empregos e facilita o acesso ao crédito e aos mercados de bens. O aprimoramento da capacidade de produção necessária para conquista de novos mercados contribui não apenas para o crescimento econômico, como para a geração de conhecimentos e a elevação do bem-estar material e espiritual da população. Não há, contudo, provas convincentes de que a liberalização comercial esteja sempre associada ao crescimento econômico<sup>9</sup>.

A integração na economia global é um resultado, não um pré-requisito de uma estratégia bem sucedida de crescimento. Se, por um lado, nenhum país desenvolveu-se com sucesso virando as costas ao comércio internacional e aos fluxos de capital de longo prazo, a simples abertura para o comércio e os investimentos externos também não logrou fazê-lo<sup>10</sup>.

Mais uma vez, retornando ao recente exemplo chinês e indiano, a chave do sucesso está em combinar as oportunidades oferecidas pelos mercados globais com estratégias de investimento interno. A questão-chave para os planejadores políticos não é se o comércio é bom ou mau. Nos países que conseguem crescer com rapidez também se observa uma participação cada vez maior do comércio em relação ao PIB. A questão, contudo, é a seqüência correta das políticas e o grau de prioridade a ser dado a uma ampla liberalização comercial logo no início do processo de reforma<sup>11</sup>.

### **O Brasil e os Brics**

Postas as questões acima caberia uma reflexão final a respeito do próprio conceito de Brics e particularmente sobre a associação que se tem feito do Brasil a esse agrupamento de países.

As perguntas que deveríamos responder a esta altura seriam as seguintes:

1. Não seria o termo Brics, o que filósofo Thomas Hobbes designou de “discurso insignificante”?
2. Haveria uma agenda política comum a esses países que nos permitisse considera-los, além de categoria de análise, um grupo de interesses?

Em conferência pronunciada na Universidade de Harvard, em 2005, o historiador Eric Hobsbawn, afirmou o seguinte:

*Diz-se que história são discursos. Não há como entender essa expressão a menos que entendamos a linguagem em que as pessoas pensam, conversam e tomam decisões. Entre os historiadores, que se sentem tentados pelo que se denomina “a virada lingüística”, há mesmo alguns que argumentam que são as idéias e os conceitos expressos nas palavras características do período que explicam o que aconteceu e por que aconteceu. Os tempos em que vivemos (...) são o bastante para deixar-nos céticos quanto a essas proposições. Ambas estão saturadas com que o filósofo Thomas Hobbes chamou de “discurso insignificante”, discurso sem sentido, e suas subvariedades, o “eufemismo” e a “nova língua” de George Orwell, ou seja, o discurso que tem o propósito de falsear e*

<sup>9</sup> PNUD, **Como colocar o comércio global a serviço da população**. Brasília: IPEA: ENAP: PNUD, 2004, p.74.

<sup>10</sup> idem, ibidem

<sup>11</sup> idem, ibidem.

*desorientar. Mas, a menos que os fatos mudem, mudar as palavras também pouco os muda*<sup>12</sup>”.

Teria o conceito BRICs, tomando as palavras de Hobsbawun, o propósito de falsear e desorientar ou seria um conceito que nos ajuda a explicar “*o que acontece e por que acontece*” hoje no mundo?

A tal respeito, tendemos a concordar com as palavras de Santiso<sup>13</sup> para quem,

*“O que estamos vivendo é uma mudança de época e de paradigma que se assemelha a uma grande transformação, para parafrasear o economista búlgaro Karl Polanyi. Os equilíbrios e as riquezas dos países estão se redesenhando a grande velocidade com a emergência de novos países, através da China, Índia, Brasil, México, África do Sul e Rússia, para mencionar as economias de ponta, que emergem a partir daquelas que até antontem eram denominadas países em desenvolvimento”.*

Para alguns, a associação do Brasil a esse grupo de países dinâmicos da Ásia pode parecer, por diversos motivos, no mínimo imprópria. Afinal, enquanto o Brasil segue a passo arrastado, no ritmo ditado pelo Consenso de Washington, as economias emergentes da Ásia crescem duas vezes mais rápido, guiados por seu próprio consenso.

Dizer que o rápido crescimento daquelas economias se deve ao fato de terem abandonado as políticas voltadas para o desenvolvimento interno e terem abraçado as propostas neoliberais baseadas na abertura de mercados seria de fato um *discurso insignificante*.

Além disso, os laços econômicos e geopolíticos dessas economias com Brasil são limitados. Da corrente de comércio da China que, em 2008, deve ultrapassar dois trilhões de dólares, as trocas com Brasil respondem por cerca de 20 bilhões de dólares, o que equivale a apenas um por cento do total. No plano geopolítico, as preocupações dos países asiáticos e, em menor grau, da Rússia convergem para o chamado *Pacific Rim*<sup>14</sup>. Como lembra o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissenger:

*“The center of gravity of world affairs is shifting from the Atlantic, where it was lodged for the past three centuries, to the Pacific. The most rapidly developing countries are in Asia, with a growing means to vindicate their perception of the national interest”*<sup>15</sup>.

Vistas as coisas desse ângulo faz sentido perguntar: seria de fato o acrônimo Bric a expressão de um agrupamento de países que partilham características ou mesmo interesses comuns ou apenas mais uma invenção *Wall Street* com o propósito de compeli-los à prática do *confidence building*, ou seja, deixar de pensar por conta própria e seguir as políticas recomendadas pelo chamado “Consenso de Washington”?

A considerar o que afirmam os já mencionados estudos do Goldman Sachs, não teríamos dúvida em afirmar que a segunda alternativa é a mais provável. Afinal, as hipóteses que deveriam ser respeitadas (estabilidade macroeconômica, instituições estáveis, abertura comercial, melhoria da educação) para que esses países cumpram o destino previsto têm o selo neoliberal do Consenso de Washington.

Poderíamos, entretanto, colocar a questão de outro modo: que motivos teria *Wall Street* para estimular nesses quatro países à prática alienante do *confidence building* se não enxergasse

<sup>12</sup> Hobsbawun, E. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 54.

<sup>13</sup> idem, ibidem.

<sup>14</sup> O termo *Pacific Rim* refere-se aos países e cidades localizados nos limites do Oceano Pacífico. Os centros econômicos mais importantes em torno do *Pacific Rim* são Hong Kong, Cingapura, Seul, Tóquio, Taipei, Cidade de Ho Chi Minh, Sidney, Melbourne, Brisbane, Auckland, Santiago, San Francisco, Seattle, San Diego, Portland e Vancouver.

<sup>15</sup> Kissenger, H. China: Containment Won't Work. Washington Post, Monday, June 13, 2005; Page A19

neles um potencial efetivo de deslocamento da hegemonia mundial? Não seria parte de uma visão mais realista de como enfrentar o desafio da emergência desses novos pólos dinâmicos da economia mundial, particularmente a China, diante da falência do projeto do “Século XXI Americano” evidenciado pelo fracasso americano no Iraque?

A esse respeito Henry Kissinger, em artigo publicado em 2005, afirma:

*“The strategic equation in Asia is altogether different. U.S. policy in Asia must not mesmerize itself with the Chinese military buildup. There is no doubt that China is increasing its military forces, which were neglected during the first phase of its economic reform. But even at its highest estimate, the Chinese military budget is less than 20 percent of America's; it is barely, if at all, ahead of that of Japan and, of course, much less than the combined military budgets of Japan, India and Russia, all bordering China -- not to speak of Taiwan's military modernization supported by American decisions made in 2001. Russia and India possess nuclear weapons. In a crisis threatening its survival, Japan could quickly acquire them and might do so formally if the North Korean nuclear problem is not solved. When China affirms its cooperative intentions and denies a military challenge, it expresses less a preference than the strategic realities. The challenge China poses for the medium-term future will, in all likelihood, be political and economic, not military”<sup>16</sup>.*

Se os fatos acima descritos não nos autorizam a considerar o Brasil e os demais Brics como aves de um mesmo bando, dado tratarem-se de países com culturas e economias muito diversas, não é possível negar que, por circunstâncias históricas distintas, somos, eventualmente, companheiros de viagem, que tentam chegar ao mesmo destino. Temos um propósito comum: o desenvolvimento; partilhamos de condições semelhantes: grande extensão territorial, grande população, abundância de recursos naturais, nível de renda per capita e desenvolvimento semelhante; há complementaridades econômicas que podem ser exploradas em benefício mútuo; o peso relativo de cada país em suas respectivas regiões é grande; não existem conflitos de interesse importantes que nos coloquem em campos opostos em questões decisivas para todos, como tem demonstrado a sintonia desses países em organismos internacionais como a ONU e a OMC.

Há, portanto, inúmeras razões para desenvolver estratégias de cooperação mútua em torno de questões de interesse comum, sejam nos fóruns globais como a ONU, OMC, FMI, sejam nas relações bilaterais. E tanto isso é verdade que em 16 de maio de 2008, o grupo dos Brics, até então apenas uma categoria de análise, formalizou-se enquanto coalizão política em reunião de chanceleres realizada na cidade russa de Ecaterimburgo.

Posta a questão nessa perspectiva nos parece que o estudo comparado desse agrupamento de países é algo oportuno, não apenas pelas razões já mencionadas, mas também pelos seguintes fatos:

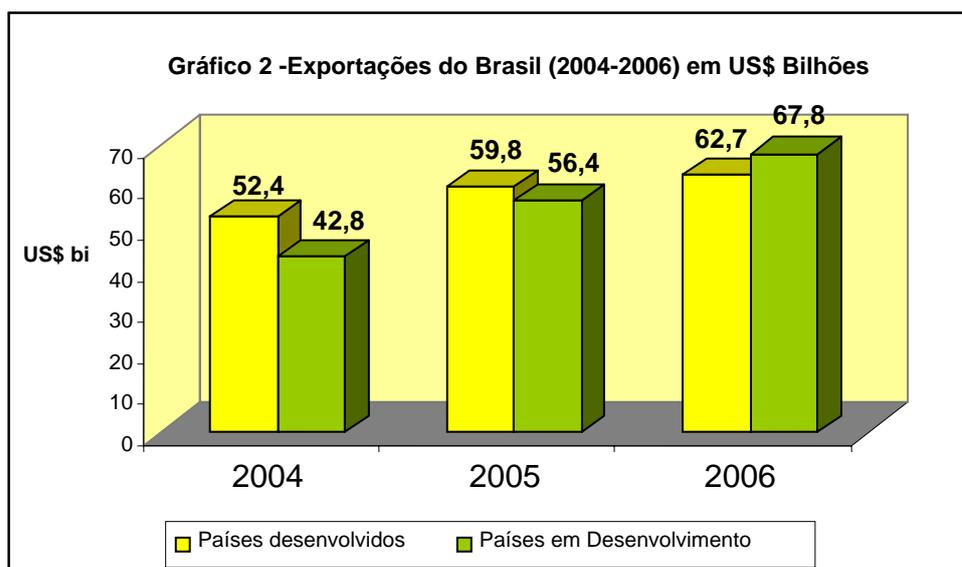
1. São quatro grandes países em desenvolvimento que enfrentam desafios mais ou menos semelhantes no que diz respeito ao desenvolvimento e à elevação da qualidade de vida da população e vêm adotando estratégias de desenvolvimento distintas frente aos desafios da globalização. Particularmente no que diz respeito à Índia e China, de um lado, e Brasil, de outro, é possível distinguir estratégias de desenvolvimento bastante diferentes. Enquanto os países asiáticos mantêm o foco de suas políticas no crescimento econômico, por meio de um controle rígido dos fluxos de capitais e das taxas de câmbio e de políticas industriais ativas voltadas para a inovação tecnológica, a política macroeconômica do Brasil, cujo único foco é a estabilidade da moeda, se caracteriza pela prática de elevadas taxas de juros, sobrevalorização cambial e

---

<sup>16</sup> idem, ibidem

nenhum controle sobre o fluxo de capitais. O estudo comparado dessas diferentes estratégias de desenvolvimento nos parece de suma importância para que o Brasil possa romper o estágio de semi-estagnação pelo qual tem passado dos últimos 25 anos.

2. Pela primeira vez na história, o Brasil exportou mais para os países em desenvolvimento do que para os países desenvolvidos. Em 2006, o valor das exportações brasileiras para os países em desenvolvimento somou US\$ 67,8 bilhões, enquanto as exportações para os países desenvolvidos foram de US\$ 62,7 bilhões. Entre as razões apontadas para essa mudança, há o fato de os países em desenvolvimento estarem crescendo e comprando mais alimentos e produtos básicos, itens importantes de nossa pauta de exportação; o protecionismo dos países ricos para esses mesmos produtos; a pauta bastante diversificada dos produtos brasileiros e a perda de competitividade e de mercados para os produtos manufaturados nos países ricos devido à valorização do câmbio. Há que se considerar, ainda, o próprio esforço da atual política externa brasileira de intensificar as chamadas relações Sul-Sul, que na prática representa um esforço maior de aproximação econômica e política entre os países em desenvolvimento. Segundo o ex-Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, esses números mostram que *“as empresas descobriram que existem outros mercados a explorar além dos tradicionais”* e que se trata de uma tendência irreversível<sup>17</sup>.

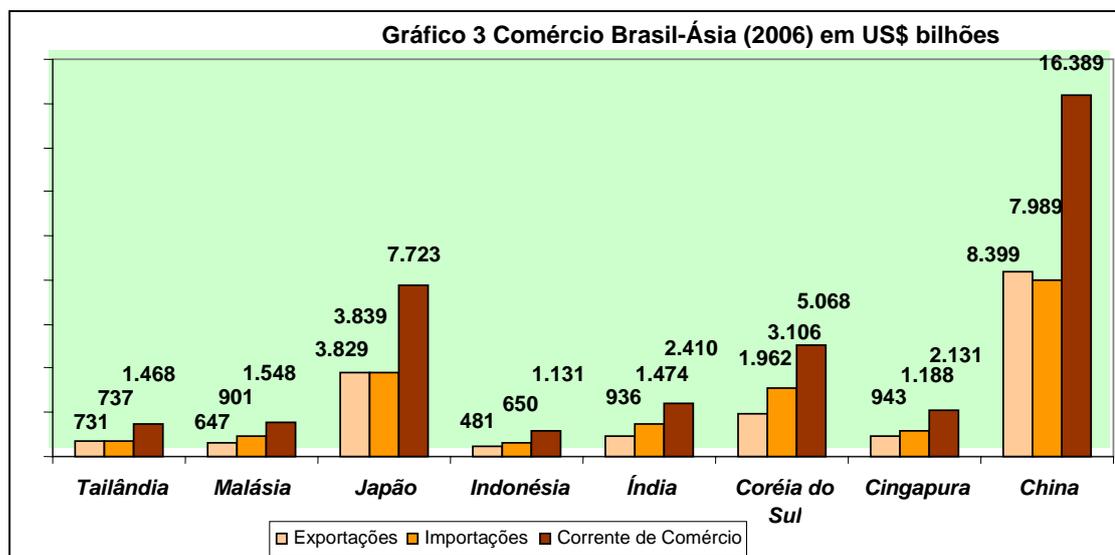


Fonte: MDIC

3. Desde 2000, o comércio Brasil-Ásia apresentou um crescimento de 193%, com destaque para a China e para Índia, cujo crescimento foi, respectivamente, de 610% e 394% no período considerado. Esses dados revelam o potencial de crescimento de comércio entre o Brasil e os países da Ásia. O conjunto de 21 países que constituem a Área de Cooperação Ásia-Pacífico (Apec), entre os quais se incluem Rússia e China, representa cerca de 46% do PIB mundial. Em agosto de 2007 realizou-se, em Brasília, o 3º Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focolal), onde se evidenciou o mútuo interesse dos países latinos e asiáticos de intensificarem as trocas

<sup>17</sup> Barros, G. “Brasil vende menos a ricos que a países em desenvolvimento” Folha de S. Paulo, 09/02/2007, p.B1.

comerciais e a interconexão das respectivas cadeias produtivas e investimentos recíprocos<sup>18</sup>.



Fonte: MDIC

4. Com relação à China, o comércio bilateral entre os dois países já se encontra, em 2007, na casa dos US\$ 20 bilhões. A China já é o segundo parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos, superando a Argentina que sempre ocupou essa posição. Se considerarmos, entretanto, que as exportações e importações chinesas devem chegar, em 2007, à casa dos US\$ 2 trilhões, a participação brasileira no comércio global chinês mal chega a 1%, com o agravante de que mais de 90% de nossas importações da China são de produtos industriais, enquanto 65% de nossas exportações para aquele país são de soja e minério de ferro. Existe, portanto, um enorme potencial de crescimento do comércio bilateral entre os dois países. A missão brasileira chefiada pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, acompanhado de 34 empresários brasileiros que visitou a China em setembro de 2007 para discutir acordos de harmonização estatística para melhorar o controle dos fluxos de comércio entre os dois países revela a importância crescente do comércio bilateral entre Brasil e China. A economia chinesa, medida pela paridade do poder de compra, já representa 50% do PIB dos Estados Unidos. Entre 2002 e 2006, respondeu por 1/3 do crescimento do planeta<sup>19</sup>. A crescente necessidade da China de recursos, para alimentar uma economia que cresce continuamente a taxas de cerca de 10% ao ano nos últimos 20 anos, tem fomentado suas relações comerciais com países ricos em matérias-primas, mantendo aquecido o mercado mundial de commodities. A China é, atualmente, o segundo maior consumidor de petróleo do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, e compra quantidades crescentes de minério de ferro, cobre, níquel e alumínio<sup>20</sup>. O consumo chinês de alumínio, cobre, níquel e minério de ferro, como fração do consumo mundial dessas mercadorias, saltou de 7% em 1990 para 20% em 2005. Em 2004, a China respondeu por 31% do aumento da demanda de petróleo<sup>21</sup>. Entre 2002 e 2006, a respondeu por 29% do crescimento global<sup>22</sup>

<sup>18</sup> cf. Marin, D. C. "Governo prepara ofensiva comercial nos países da Ásia" *O Estado de S. Paulo*, 03/09/2007, p. B1.

<sup>19</sup> Romero, C. "A China e o futuro do Brasil". *Valor*, 13/02/2008, p. A2.

<sup>20</sup> Trevisan, C. "China reforça exército e sai à caça de petróleo, metais e tecnologia". *Folha de São Paulo*, 20/07/2006, Caderno Especial Índia, China e Brasil, p.5.

<sup>21</sup> Zweig, D. e Jianhai, B. (2004). *China's Global Hunt for Energy*. *Foreign Affairs*. September/October, p. 25.

5. As relações Brasil-Índia adquirem cada vez mais importância. Após uma redução das exportações do Brasil para aquele país de US\$ 621 milhões, em 1994, para US\$ 285 milhões, em 2001, houve uma retomada das relações bilaterais de comércio. As trocas bilaterais, entre 2004 e 2006, dobraram, alcançando US\$ 2,4 bilhões. Entre 2000 e 2006, as exportações brasileiras do Brasil para a Índia apresentaram um aumento de 331%, alcançando US\$ 936 milhões e as importações subiram 444% e atingiram o valor de US\$ 1,474 bilhão. Da mesma forma que em relação à China, as exportações brasileiras concentram-se em produtos básicos e relativamente poucos itens. Petróleo, sulfetos de minério de cobre e óleo de soja responderam por 48% dos embarques brasileiros para a Índia. Em discurso no encerramento do Seminário Empresarial Índia-Brasil, paralelo à visita oficial do presidente Lula à Índia em junho de 2007 o governo brasileiro anunciou o objetivo de quadruplicar as trocas comerciais entre os dois países em quatro anos e alcançar US\$ 10 bilhões em 2010<sup>23</sup>. Vigora atualmente um acordo de preferências tarifárias entre a Índia e o Mercosul que envolve 20% das linhas tarifárias entre esses parceiros – cerca de 900 produtos – mas existe a possibilidade de se ampliar essa preferência para 50%. A ampliação das preferências depende, contudo, da ratificação do acordo inicial pelo Congresso do Brasil, o qual já foi aprovado pela Argentina, Paraguai e Uruguai, mas segue pendente no Parlamento brasileiro, apesar do apoio do governo. O acordo assinado em 2004 reduz a zero as tarifas para 3% dos produtos, reduz em 20% as tarifas para 10% dos produtos e em 10% para 87% das mercadorias. Segundo estudos de inteligência comercial realizados pelo Itamaraty, há fortes oportunidades para o comércio de produtos como óleo de soja, minério de ferro, couro, celulose e papel, produtos da indústria automotiva e de equipamentos para produção de álcool. Recentemente, 32 empresas indianas investiram no Brasil, principalmente em informática e serviços. Atraídas pela disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo, pela produtividade do desenvolvedor de software brasileiro, por um fuso horário mais adequado ao atendimento de clientes nos Estados Unidos e na Europa, além da semelhança entre os processos bancários, diversas empresas indianas apostam no Brasil como plataforma de exportação de serviços de TI. A TCS (Tata Consultancy Services), braço na área de serviços do grupo Tata, do empresário Ratan Tata, cujas 96 empresas produzem de chá a automóveis, e que têm um valor de mercado de US\$ 57 bilhões, instalou-se no Brasil em 2005 e deve terminar 2007 com cerca de 2000 funcionários<sup>24</sup>. No sentido oposto, empresas brasileiras investiram naquele país em mineração e engenharia, dada o grande potencial existente naquele país na área de infra-estrutura, na qual se estima, serão necessários investimentos de US\$ 320 bilhões<sup>25</sup> e há planos de investimento de US\$ 120 bilhões entre 2007 e 2012<sup>26</sup>. No plano geopolítico, observa-se uma crescente aliança entre os dois países nos diversos fóruns multilaterais com mandato global, como a OMC e a ONU, em torno de temas que vão desde a Rodada Doha até o Conselho de Segurança da ONU, passando pelo acordo comum dos dois países com a África do Sul, conhecido como IBAS.
6. No caso da Rússia, a aproximação política e econômica do Brasil também tem apresentado importantes avanços. A pauta de intercâmbio comercial é bastante variada. As crises financeiras que atingiram os dois países (1998/1999) afetaram a

<sup>22</sup> Lamucci, S. “China reforça necessidade de uma estratégia nacional”. **Valor**, 19/09/2007, p. A4.

<sup>23</sup> cf. Marin, D. C. “Meta é negociar US\$ 10 bi em 4 anos”. **O Estado de S. Paulo**, 05/07/2007, p. B13.

<sup>24</sup> Trevisan, C. “Brasil segue Índia na exportação de serviços”. **Folha de S. Paulo**, 18/06/2007, p.B1.

<sup>25</sup> cf. Moreira, A. “Índia quer mais negócios com Mercosul”. **Valor**, 24/05/2007, p.A5.

<sup>26</sup> cf. Leo, S. “Indústria faz ofensiva na visita de Lula à Índia”. **Valor**, 28/05/2007, P. A 6.

balança comercial, mas observou-se recuperação a partir de 2001. Entre 2002 e 2005, as exportações brasileiras para a Rússia aumentaram de US\$ 1,252 bilhão para US\$ 2,917 bilhões. A aproximação político-diplomática, que incluiu visita do Presidente Fernando Henrique a Moscou em 2002, do Presidente Putin ao Brasil, em 2005, resultou em importantes acordos de cooperação científico-tecnológica. A Rússia vem procurando diversificar sua economia, e vem dando grande atenção à cooperação com o Brasil nos segmentos de altas tecnologias, em especial nos setores da geração de energia, aeroespacial e defesa. Entre 1999 e 2007 a economia russa cresceu 69% e suas exportações de gás e petróleo saltaram de US\$ 76 bilhões para US\$ 350 bilhões<sup>27</sup>. A agenda de reformas que o governo russo vem promovendo para dinamizar sua economia tem inúmeros elementos em comum a atual agenda brasileira. O governo russo está realizando um conjunto de reformas macro e microeconômicas, entre as quais se destacam a redução da carga tributária sobre as atividades produtivas, medidas de apoio à exportação, melhora da gestão corporativa visando dar maior transparência financeira às empresas russas, o desenvolvimento de um sistema de créditos hipotecários e ativação dos bancos russos de fomento.

## BIBLIOGRAFIA

- ASLUND, A. **Russia's Capitalist Revolution**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2007
- ATTALI, J. **Uma Breve História do Futuro**. São Paulo: Novo Século, 2008.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing**. London: Verso, 2007
- ENGARDIO, P. **Chindia**. How China and India are Revolutionizing Global Business. New York: McGraw-Hill, 2007.
- PNUD. **Como colocar o comércio global a serviço da população**. Brasília: IPEA : ENAP : PNUD, 2004.
- SOBEET. **Internacionalização das empresas brasileiras**. São Paulo: Clio Editora, 2007.

---

<sup>27</sup> cf. Wolf, M. "Governo Putin ameaça a Rússia e Ocidente". **Valor**, 13/02/2008, p. A 11.